



Foto Alencar Monteiro — Telefoto Estado

44 **Marcílio agradece aos aplausos da bancada**

Consolidar democracia, a proposta de Marcílio

Da sucursal de
BRASÍLIA

"Meu principal objetivo na presidência da Câmara será, respeitadas as atribuições de cada Poder, ajudar o presidente João Figueiredo a consolidar a democracia no Brasil" — afirmou ontem o deputado Flávio Marcílio, logo após receber os 188 votos que lhe garantiram a indicação para o cargo de presidente da Casa, pelo PDS. Marcílio declarou-se "agradecido e confortado pela solidariedade e confiança" de seus companheiros de partido, acentuando: "Estou disposto a assumir, como espero, pela terceira vez, a presidência da Câmara e a me manter a exclusivo serviço da instituição que tanto prezo".

"Espero colaborar com o esforço do presidente João Figueiredo para fortalecer a democracia e fazer com que o Brasil deixe de oscilar entre democracia e ditadura e viva, sempre, sob uma democracia estável, de acordo com a determinação e o juramento do presidente João Figueiredo" — insistiu o deputado, enquanto era cumprimentado por parlamentares e funcionários da Câmara.

REUNIÃO

A bancada federal do PDS reuniu-se ontem pela manhã, na sala Nereu Ramos, a fim de escolher seus candidatos à presidência e à vice-presidência, à segunda secretaria e uma das suplências da Mesa da Câmara. O deputado Hugo Mardini abriu os trabalhos, prevendo, no corrente ano, "tempo de negociação e reformas constitucionais", e passou o comando da reunião ao futuro líder, Nelson Marchezan, cuja indicação para o posto, feita pelo presidente João Figueiredo, foi subscrita pelos presentes.

Depois que vários oradores se fizeram ouvir, procedeu-se à votação. Apurada a votação, à tarde, Flávio Marcílio foi escolhido candidato à presidência da Câmara — com 188 votos contra 25 brancos e quatro nulos. Os demais candidatos não conseguiram o quorum de maioria absoluta. Assim, a partir das 10h30 de hoje, no mesmo local, será feita nova eleição entre os mais votados, Paulino Cícero e Adhemar Ghisi, para a primeira vice-presidência, e Alberico Cordeiro e Ary Kffuri para a segunda secretaria.

O mineiro Paulino Cícero foi o mais votado, com 94 votos, seguido do catarinense Adhemar Ghisi, com 50, dos conterrâneos Humberto Souto, com 36, e Raul Bernardo, com 30 votos respectivamente. Cordeiro teve 104 e Kffuri 99.

CRÍTICAS

Durante a reunião da bancada federal do PDS, Siqueira Campos, apoiado por Rubem Ardenghi, fez críticas à tecnocracia, enquanto Paulo Lustosa (CE) fazia reparos ao acordo, feito por Nelson Marchezan, para a eleição da Mesa da Câmara.

Sem se referir nominalmente ao Inamps, que criticou severamente quando da reunião do diretório nacional do PDS, pela demissão de superintendentes indicados por deputados e senadores, Siqueira Campos pediu vigilância contra a tecnocracia.

"Há de parte dos tecnocratas do segundo escalão um comportamento que atenta contra o projeto de abertura política do presidente João Figueiredo — frisou. Eles marginalizam e discriminam a classe política. Devemos agir nos bastidores, fazendo denúncias contra eles ao líder Nelson Marchezan e ao presidente João Figueiredo." O deputado goiano chegou a afirmar, a propósito da tecnocracia: "Essa gente quer alquebrar as forças do colégio eleitoral que vai eleger o futuro presidente da República. Querem impor nomes, querem voltar ao arbítrio, mas nós vamos para uma escolha livre e que seja melhor para o País".

"A tecnocracia está é nos primeiros escalões do governo federal" — acrescentou Ardenghi.

Paulo Lustosa, que fez campanha para a primeira secretaria da Casa, quando parecia que ela continuaria em mãos do PDS, disse: "O que esperamos é que toda questão de fundamental importância seja debatida pela bancada. Ou voltamos a recriar o partido nessa nova perspectiva, ou será difícil mantê-lo coeso, unido e estruturado adequadamente. Não podemos engolir decisões, como a relativa à composição da Câmara, que foi o maior dos equívocos já cometidos. Razões de Estado, alianças secretas com o PTB, consolidação do pluripartidarismo, nada justifica o acordo que desrespeita o princípio da proporcionalidade e que entregou o comando da Casa e a divulgação da Câmara às oposições".

"O PDS não é uma ação entre amigos. O que aqui todos desejamos e submetemos ao exame e à deliberação da bancada é que as decisões, doravante, não mais ocorram em círculos e grupos limitados ou que o próprio diretório, a Executiva ou a presidência do partido deleguem atribuições que são fundamentalmente nossas" — disse Lustosa, referindo-se à decisão do diretório nacional de transferir para o presidente Figueiredo a coordenação do seu processo sucessório.